



SENTIDO!?

A RESISTÊNCIA DA DIVERSIDADE FRENTE À PADRONIZAÇÃO MILITAR NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Bruna Weyll de Melo ¹
Elis Cristina Fiamengue ²

RESUMO

O tema levantado por esse trabalho tem como base uma abordagem feminista do conceito de diversidade e a crítica ao processo de militarização das escolas básicas que vem sendo implantado no Brasil com mais força nos últimos anos. Tem, portanto, como problemática central: qual propósito deve servir a educação básica? O objetivo geral desta pesquisa é analisar as principais divergências entre o processo de militarização e a promoção de uma educação feminista e antirracista, especificamente identificar as principais categorias e questões mobilizadas para a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) e apontar as principais contribuições de uma pedagogia da/para diversidade, a fim de promover a reflexão e o diálogo sobre ética, valores, direitos humanos e democracia nas escolas. O caminho teórico metodológico percorrido decorre do materialismo histórico dialético enriquecido por autoras como Lélia Gonzalez (1988), Helleith Saffioti (2013), Patricia Hill Collins (2015), Nilma Lino Gomes (2018) e Silvio Almeida (2021) que nos ajudam a fundamentar uma perspectiva feminista e antirracista em torno da questão, enquanto Vera Maria Ferrão Candau (2012) contextualiza o tema da diversidade a partir da interculturalidade e da educação em direitos humanos, contribuindo com as observações de campo e minucioso levantamento bibliográfico. Esta pesquisa propõe um produto educacional, ainda em elaboração, em que espera-se contribuir na formulação de práticas pedagógicas e políticas públicas orientadas a partir da promoção da cidadania e da diversidade cultural.

Palavras-chave: Educação, Feminismo, Diversidade, Escola Cívico-Militar, Políticas Educacionais.

INTRODUÇÃO

O tema dessa pesquisa tem como base a relação entre a promoção da diversidade, o processo de militarização e os projetos políticos de educação que estão em implantação no Brasil e é motivada pela contradição entre as alternativas que se apresentam de maneira hegemônica e as reais necessidades educacionais, econômicas, políticas e culturais da maioria da população no país. Por isso, essa pesquisa tem relevância para o conjunto da sociedade brasileira, visto que a educação, sobretudo a educação pública, é um elemento definidor da socialização comum de um povo.

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, weyllbruna@gmail.com;

² Doutora, Docente do Departamento de Educação (DCIE) da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC - BA., eliscf@gmail.com.

A problemática aqui levantada é, portanto: qual propósito deve servir a educação pública? O objeto de estudo, por sua vez, é o processo de padronização e hierarquização imposta pela militarização das escolas em contraposição aos Princípios Fundamentais da Educação Nacional preconizados tanto na Constituição Federal de 1988³ no artigo 206, quanto no artigo 3º da Lei nº 9394/1996 (LDB)⁴, ou seja, pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, gestão democrática do ensino público e consideração com a diversidade étnico-racial, da diferença e da inclusão, cuja contribuição reflete também as perspectivas político-pedagógicas feministas.

As inquietações giram em torno de quais os limites e implicações da aposta na militarização das escolas como a panaceia para os problemas enfrentadas em torno das dificuldades da relação ensino-aprendizagem observadas no cotidiano escolar, tanto nos currículos, quanto na promoção da diversidade cultural, no trabalho docente e conseqüentemente, na sociedade como um todo. E quais outras possibilidades que as concepções feministas podem apontar para dialogar e oferecer saídas para a difícil situação que enfrenta o ambiente escolar, sobretudo durante e pós pandemia da COVID-19.

O Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que envolve o Ministério da Educação e da Defesa, institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM)⁵, enquanto uma das principais políticas públicas do governo federal para a educação, ampliando de maneira nunca vista, a já conhecida experiência das escolas militarizadas para o conjunto da sociedade civil, com o objetivo de contribuir na redução da violência e no aumento do pertencimento escolar. O PECIM elege como territórios prioritários regiões com situações de vulnerabilidade social e baixos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), com fins também de reduzir a evasão, repetência e abandono escolar. Por isso, quando falamos da militarização das escolas estamos falando de todo um território militarizado, onde a “disciplina” e a “segurança” que vêm junto com a administração militar vão muito além dos muros da escola.

O PECIM prevê investimentos em torno de 54 milhões de reais para a efetivação da meta de implantação de 216 Escolas Cívico-Militares em todo o país, até 2023, em que 28 milhões irão para cerca de 1.000 oficiais do Ministério da Defesa e os outros 26 milhões para

³ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso 11 set.2022

⁴ LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm, acesso 22 set 2022

⁵ Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br>, acesso 11 set. 2022.

governos locais aplicarem em infraestrutura (pintura padrão e reformas), o que comprova que esse processo não é só uma questão ideológica, mas também econômica.

Toda sociedade precisa se reproduzir e as escolas cumprem esse papel institucionalmente. Uma problemática histórica levantada por Zaidman (2009) que é atual na vida de qualquer ser social é se a escola é um fator de emancipação ou de manutenção das relações de dominação. A constatação de que a educação é um ato político (Freire, 1987) deve levar em consideração as estruturas sociais de classe, racistas e patriarcais. A realidade brasileira chama atenção para a naturalização da opressão, em especial, da violência contra as mulheres e o extermínio da juventude, em que as principais vítimas são jovens negros/as, principal público das escolas básicas.

Com isso deseja-se expor a indissociabilidade do debate proposto entre o atual contexto que envolve a educação pública no Brasil, suas novas normativas, o conjunto de medidas que vêm sendo tomadas enquanto políticas públicas e a condição de gênero, raça e classe em que vive o povo brasileiro (em especial esses/as jovens do ensino médio). Esse contexto é característico de uma ofensiva que busca implementar um projeto cada vez mais autoritário de educação, que vem ganhando espaço, sobretudo, a partir de 2015 com a retirada das metas sobre gênero e diversidade sexual no enraizamento do Plano Nacional de Educação, mas que historicamente sempre existiu e vem sendo reforçado com a proposta de militarização do ensino, em que segundo matéria publicada dia 29 de março de 2019 no jornal *The Intercept*⁶, as meninas são mais penalizadas por esse tipo de regimento escolar.

A proposta para essa pesquisa surgiu a partir de uma experiência profissional de estágio no Colégio da Polícia Militar de Ilhéus entre os anos 2018 e 2019, proporcionado pelo programa do governo do estado da Bahia “Partiu Estágio” e que inspirou posterior projeto de iniciação científica, e hoje compõe a pesquisa em andamento no mestrado profissional em educação do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz (PPGE/UESC), com apoio financeira via bolsa de estudos oferecido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do estado da Bahia (FAPESB). E visa contribuir com subsídios para políticas educacionais, que se traduz nos debates em torno de projeto de sociedade e nas diversas batalhas, ideológicas, culturais, econômicas, etc. que expõe a resistência, a crítica e a superação de um modelo de educação autoritária que impõe a “pacificação e disciplinamento” em detrimento da democratização e conscientização fundamentais à prática de cidadania.

⁶ Disponível em: <https://theintercept.com/2019/03/28/subversiva-colegio-militar/>. Acesso 11 set. 2022.

O objetivo geral deste trabalho é discutir e analisar as principais características que consistem numa escola civil-militar proposta pelo PECIM apontando as principais divergências entre o processo de militarização e a promoção de uma pedagogia da diversidade. Especificamente identificar as principais categorias e questões mobilizadas para a implantação de projeto de militarização na rede pública e apontar características de uma abordagem feminista e antirracista de educação.

METODOLOGIA

A metodologia aqui desenvolvida decorre do método materialista histórico dialético, que parte dos dados concretos complexos oferecidos pela realidade, para daí então chegar aos conceitos mais simples, e perpassa categorias de totalidade, de contradição e de mediação. “O método desenvolvido por Marx coloca que é o presente que esclarece o passado, somente quando uma forma mais complexa se desenvolve e é conhecida é que se pode compreender inteiramente o menos complexo” (NETTO, 2011, p.48)

Há uma diferença entre a essência e a aparência da realidade, entre o que a experiência imediata oferece e o que acessamos como real, o que confere ao materialismo histórico dialético um fator de superação ao método simplesmente empírico e o positivista, considerando que a realidade é uma síntese de múltiplas condições físicas, orgânicas, psicológicas e até mesmo espirituais. A lógica formal, portanto, de identificação, organização, catalogação e classificação é importante, mas não é suficiente para apreender os fenômenos humanos e sociais, que se mostram mais detalhadamente quando levamos em consideração uma lógica dialética que busca apreender o movimento que existe entre as partes que se manifestam e o todo que as sustentam, fazendo do conceito de totalidade uma ferramenta imprescindível para a análise social.

O que se busca, portanto, no conjunto desta pesquisa, partindo deste método é superar as dicotomias existentes entre o que se compreende por padronização e diversidade no âmbito da educação e compreender estes fenômenos sociais na realidade educacional brasileira em sua complexidade, onde os “conceitos de conexão, interdependência e interação são essenciais no processo dialético de compreensão” (TRIVIÑOS, 1987, p.53). Para o sucesso da metodologia adotamos o levantamento bibliográfico dos principais artigos e materiais produzidos no ano de 2019 vinculados à temática, a observação de campo assistemática produzida durante o estágio profissional em uma escola cívico militar e a análise documental

do decreto, da portaria e do manual que instituíram o PECIM enquanto política educacional nacional.

MILITARIZAÇÃO RACISTA E PATRIARCAL X DIVERSIDADE RACIAL, CULTURAL E DE GÊNERO

Ainda que não haja nada específico em torno da abordagem crítica feminista em relação aos colégios militares e a militarização, em si, autoras como Lélia Gonzalez (1988), Helleith Saffioti (2013), Patricia Hill Collins (2015), Nilma Lino Gomes (2018) e Silvio Almeida (2021) nos ajudam a fundamentar uma perspectiva feminista e antirracista em torno da questão, enquanto Vera Maria Ferrão Candau (2012) contextualiza o tema da diversidade a partir da interculturalidade e da educação em direitos humanos. Por isso partimos de uma análise das legislações que fundamentam o PECIM, com a ajuda de autores que debateram sobre o tema na ocorrência da inauguração do projeto para então iniciar uma análise crítica sob o ponto de vista da valorização da diversidade.

Já antes do PECIM, os colégios militares chamavam atenção de estudiosos da área de educação. Soares & Benevides (2015) fizeram um estudo intitulado “Diferencial de desempenho de alunos das escolas militares: o caso das escolas públicas do Ceará”, em que trazem informações sobre escolas tradicionais já criadas em ordenamentos militares e demonstram que esse diferencial não diz respeito só a proposta pedagógica e/ou administrativa das mesmas, mas também ao processo de seleção a que são submetidos os/as estudantes.

O decreto 10.004/2019 que institui o PECIM tem como princípios a promoção da qualidade da educação básica, priorizando territórios e sujeitos em situação de vulnerabilidade social, o desenvolvimento de um ambiente escolar adequado a partir de uma “gestão de excelência”, o fortalecimento dos valores humanos e cívicos, bem como a indicação de “boas práticas” e a igualdade de acesso. E como objetivos, destacamos, a redução da evasão escolar, repetência e abandono, com ênfase no acesso, permanência, na aprendizagem e equidade e a redução da violência.

Em abril de 2019, antes mesmo da publicação deste decreto, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal produziu um relatório intitulado “Militarização Das Escolas Públicas: Análise

do Desempenho Escolar, Disciplina, Segurança e Aspectos Legais”, em que a autora explicita algumas das principais contradições do projeto.

Segundo Silva (2019) a militarização das escolas é uma barreira para autonomia pedagógica e de gestão, uma vez que ficam submetidas a regras elaboradas por profissionais que não passaram por formação pedagógica adequada. Além disso muitos dos fatores que são apresentados como elementos da superioridade do ensino nos colégios militares se dá em decorrência não só da seleção que as escolas estabelecem (seja por provas, sorteios, etc.) mas também da “filtragem de estudantes”, que faz com que permaneçam nos quadros das escolas aqueles e aquelas que possuem melhores condições socioeconômicas e/ou nos ambientes domésticos e familiar, outro ponto que indica que essas condições podem ser superiores a militarização em si relaciona-se com o nível de escolaridade da mãe, diretamente proporcional ao desempenho de estudantes.

Outras questões levantadas no documento são o aporte de recursos que recebem essas escolas em detrimento das escolas básicas, uma vez que vêm de fontes provenientes também das Secretarias de Segurança Pública e taxas “voluntárias” que são cobradas dos responsáveis e “a exclusão das discussões sobre identidade de gênero nas escolas, contrariando, inclusive, pesquisas científicas mundialmente reconhecidas” (SILVA, 2019, p.18).

Também em 2019, Grupos de pesquisadores ligados a Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPPEP), que se dedicam ao tema da construção de valores morais e sociais em diversos sujeitos, produziram uma carta chamada “Escolas cívico-militares: seriam uma boa alternativa para a educação em valores sociais e morais?” que problematiza os efeitos da militarização para uma educação em valores morais e sociais, declaram a escola como um espaço importante e privilegiado para esse exercício e defendem uma educação em valores democrática, cidadã, que promova a autonomia, a laicidade e a liberdade de consciência.

No mesmo ano, a Revista Brasileira de Política e Administração da Educação produziu um dossiê sobre o tema em que destacamos o editorial que evidencia como o processo de militarização das escolas públicas se identifica com o processo da própria organização da sociedade que tem a desigualdade social como componente basilar em que o “Estado Democrático de Direito, jamais se comprometeu, de fato, com a própria democracia” (SANTOS et.al, 2016, 582).

Em novembro foi publicada a Portaria nº 2.015/2019, assinada pelo então ministro da educação Abraham Weintraub, que tem por objetivo regulamentar a implantação do PECIM

em 2020 e estabelece como ideal o mínimo de 12 monitores por escolas, a exclusão do turno noturno no projeto, bem como um apoio técnico resumido à implantação do Manual das Escolas Cívico Militares, que apela, entre outras coisas, para as normas de comportamento dos/as estudantes e uma rígida uniformização que tem como base uma rigorosa distinção de gênero.

CAPÍTULO XIII - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS - Art. 25. O Pecim integra o Compromisso Nacional pela Educação Básica, de forma a produzir conhecimento, consolidar o aprendizado e induzir boas práticas relacionadas à gestão administrativa, educacional e didático-pedagógica adotadas nas Ecim. (BRASIL, 2019, P.05)

Alves e Pitanguy (1984) frisam o feminismo como um processo de transformação, que ressurge num momento histórico em que outros movimentos de libertação denunciam a existência de formas de opressão que tem bases econômicas, mas não se limitam a ela. Dessa forma o feminismo busca repensar e recriar a “identidade de sexo” sob uma ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados, e onde as qualidades “femininas” ou “masculinas” sejam atributos do ser humano em sua globalidade, contribuindo para a elevação do nível de consciência humana. Feminismo não é dogma, mas a construção de uma memória social, que ainda está ausente dos manuais escolares e dos registros históricos.

“O extremismo estabelecido pelo feminismo fez irreversível a busca de um modelo alternativo de sociedade. Graças a sua produção teórica e a sua ação como movimento o mundo não foi mais o mesmo” (GONZALEZ, 1988, p.13). Pensar alternativas à militarização não é só possível, como uma necessidade, em uma sociedade onde a persistência da divisão sexual do trabalho é condição para o estabelecimento do *patriarcado*, que significa literalmente autoridade do pai (pater [pai] e arkhe [origem e comando]), mas que historicamente foi ganhando outros contornos e hoje podemos defini-lo como sistema de exploração-dominação que concentra o poder econômico, político e militar na mão dos homens. No caso de uma sociedade racista, na mão de homens brancos.

O patriarcado, portanto, atua como um conjunto de relações sociais complexas em que a dominação das mulheres se expressa por meio de uma hierarquia que torna subalternas as representações construídas socialmente como femininas e que articula bases materiais e simbólicas que foram incorporadas ao modo de produção capitalista e são materializadas em padrões morais e sociais dos grupos dominantes. .

Saffioti (2013) chama atenção para como fatores de ordem natural como sexo e etnia operam aliviando as tensões sociais, desviando da estrutura de classes as limitações individuais:

A estrutura de classes é altamente limitativa das potencialidades humanas, há que se renovem, constantemente, as crenças nas limitações impostas pelos caracteres naturais de certo contingente populacional (contingente este que pode variar e efetivamente varia segundo as condições socioculturais de cada concreção singular da sociedade de classes) como se a ordem social competitiva não se expandisse suficientemente, isto é, como se a liberdade formal não se tornasse concreta e palpável em virtude das desvantagens maiores ou menores com que cada um joga no processo de luta pela existência. (SAFFIOTI, 2013, p. 59).

No texto “Por um Feminismo Afro-Latino-Americano” escrito em 1988 por Lélia Gonzalez, a autora expõe o Feminismo enquanto teoria e prática, responsável por construir novas perguntas para a sociedade e também “uma nova forma de ser mulher”. A autora faz com esse texto uma dura crítica à visão eurocêntrica e neocolonialista da realidade assumindo o caráter multiracial e multicultural das sociedades latino americanas, denuncia o racismo a partir da descaracterização da infantilização atribuída às negras e negros e assume o antirracismo enquanto um princípio feminista.

Uma das principais contribuições de Lélia Gonzalez (1988) se dá a partir da denúncia à ideologia do branqueamento como uma lógica de dominação mediante a internalização e a reprodução dos valores brancos ocidentais. E como este é utilizado como instrumento para perpetuação do mito da democracia racial, afirmando que o Brasil já é um país africanizado.

As autoras Heleieth Saffioti (2011, p.118 e 119) e Patricia Hill Collins (2015, p.36 e 37) observam como o poder masculino atravessa todas as relações sociais, transforma-se em algo objetivo, traduzindo-se em estruturas hierarquizadas, em objetos, em senso comum fazendo que a violência simbólica impregne corpo e alma das categorias sociais dominadas, fornecendo-lhes esquemas cognitivos, onde a personalidade masculina é construída em negação e oposição à personalidade feminina (personalidade branca e personalidade negra também). Provocando a produção de consciências, valores, subjetividades alienadas que dificultam as possibilidades de subversão desta ordem, uma vez que os sujeitos são tidos como objetos.

Para Saffioti, o gênero, a classe social e a raça/etnia são subestruturas de um “nó/novelo” formado a partir da conjunção patriarcado-racismo-capitalismo onde a noção de poder ajuda a explicitar as mediações decorrentes dessa complexa relação.

O desenvolvimento do feminismo nos levou a perceber que o que parecem ser categorias universais que representam todos os homens e mulheres são, na verdade,

desmascaradas como sendo aplicadas somente a um pequeno grupo (homens e mulheres brancos) e que torna necessária a construção de novos padrões de pensamentos e ações (Collins, 2016, p.16).

Gomes (2018, p.25), parte do Movimento Negro enquanto ator social para evidenciar como a educação é um direito social e um “importante espaço-tempo possível de intervenção”

No Brasil, a escola, principalmente a pública, é resultado de uma luta popular pelo direito à educação e entendida como parte do processo de emancipação social. No entanto, essa mesma escola se construiu historicamente enquanto uma instituição reguladora marcada pelas regras, normas e rituais, pela divisão de conteúdos, pelo cognitivismo, pela ideia do conhecimento científico como única e privilegiada forma de saber, pela ordem e pelo disciplinamento dos corpos (GOMES, 2018, p.134)

A opção militarista, portanto é o reforço do caráter regulador da escola que, por sua vez, reproduz uma monocultura educacional de produção de “não existências”, onde o universalismo e a proposta de “equidade” invisibiliza e exclui a diversidade racial, sexual, cultural e de gênero, o que segundo a autora tem relação com o “tipo de racismo desenvolvido no contexto histórico brasileiro que se afirma via sua própria negação” (GOMES, 2018, p. 51). Não podemos esquecer como o período da ditadura militar (1964 a 1985) utilizou o mito da democracia racial como elemento de naturalização do racismo e inferiorização do/a negro/a na sociedade brasileira. Estrategicamente combatido pela militância do Movimento Negro no período de redemocratização, em que se evidenciaram ainda mais os “saberes identitários, políticos e estético corpóreos” (GOMES, 2018, p.69) produzidos pela população negra.

A educação escolar tem sido um dos principais meios de socialização de discursos reguladores sobre o corpo negro. A mudança nesse estado de coisas tem sido fruto da luta do Movimento Negro. E, nos últimos anos, tem sido tema da intervenção artística, poética e política de uma parcela da juventude negra, sobretudo das jovens negras” (GOMES, 2018, p.95)

As reflexões de Silvio Almeida (2021) sobre Racismo Estrutural são arrebatadoras no entendimento sobre a teoria social que este trabalho adota. Partindo do pressuposto que o racismo também são “relações de poder que se manifesta em circunstâncias históricas” (p.86) e que o “Estado classifica as pessoas” (p.87), enquanto este elemento ordenador político da sociedade moderna e que “a reprodução de diferenças baseadas em raça e gênero depende do controle sócio estatal sobre o corpo das mulheres” (p.101), percebemos como o processo de militarização escolar é extremamente auxiliar da “lógica em que a continuidade das formas

essenciais de vida socioeconômica depende da morte e do encarceramento. Sob as condições objetivas e subjetivas projetadas no horizonte neoliberal e estado de exceção torna-se a forma política vigente” (p.124)

Apoiamo-nos na elaboração de Candau ao identificar a lógica positivista como hegemônica da modernidade como uma condição para a construção de “uma cultura escolar construída sobre a afirmação da igualdade” (p.238) e questionamos sobre o caráter universalizador dessa igualdade em detrimento do reconhecimento da diversidade enquanto valor que deveria ser afirmado educacionalmente.

É neste sentido que se evidencia cada vez mais a necessidade de “desconstrução de aspectos fortemente configuradores da cultura escolar vigente e a promoção de uma educação em direitos humanos na perspectiva intercultural”, perspectiva que só é possível a partir do momento que colocarmos como objetivos da educação pública “desnaturalizar e desconstruir o caráter monocultural e etnocêntrico dos currículos escolares” (CANDAU, p.237 e p.246).

A diversidade é uma realidade, sobretudo nas sociedades marcadas pela colonização (e a resistência a esta), em que a invisibilidade histórica construída por meio da naturalização e da violência fundamentados nos valores liberais (igualdade, liberdade, fraternidade/universalismo), marca do expansionismo europeu e hoje expressas também na globalização neoliberal, não foram suficientes para extinguir da formação social, política, histórica e cultural os diferentes povos, línguas, tradições e formas de se relacionar e viver a sexualidade.

O processo vivido de emancipação e superação do colonialismo e da exploração econômica por meio da resistência e do resgate histórico e cultural também é produtor de uma pedagogia da diversidade (raça, gênero, idade, culturas), fruto da ação dos movimentos sociais, ou seja, da pedagogia do/a(s) oprimido/a(s) em movimento, que se fortalece sob o alicerce da “ecologia dos saberes” e integra as “Epistemologias do Sul”, questiona o porquê das não existências (GOMES, 2018, 140) ao passo que produz existências afirmativas.

CONSIDERAÇÕES

A resistência da diversidade frente ao processo de padronização da militarização se dá sobretudo a partir de sujeitos e corpos insubmissos à ordem uniformizadora. As inúmeras tentativas de disciplinamento via coação, a produção de igualdades via padronização, a construção da ordem por meio da obediência às hierarquias vêm atreladas a um projeto de

sociedade submetido à violência, repressão e encarceramento. Enquanto que novos horizontes são evidenciados por meio de coletividades que se organizam e conquistam espaço na afirmação de suas identidades e do conhecimento produzido por processos históricos de resistência ao escravismo e ao eurocentrismo.

Foram muitos séculos até que o Brasil reconhecesse o direito à educação como social e nada disso seria possível sem um amplo movimento político de democratização da sociedade que reconhecesse que o tratamento da diversidade enquanto desigualdade não é um processo natural, mas sim uma escolha política adotada pelo Estado para a consolidação de um projeto nacional, que durante muito tempo no Brasil negou as diversidades de matrizes como elemento constitutivo de sua identidade, em nome primeiramente do escravismo, depois do racismo científico, passando por uma democracia racial que nunca existiu e por fim pela caracterização de um racismo de caráter individualista e moralizante que nega sua essência estrutural. Assim como o sexismo, constitutivo de uma estrutura patriarcal que, desde a colonização, relegou às mulheres um lugar de subalternidade e não cidadania na sociedade.

Portanto, a proposta de militarização é uma barreira aos conteúdos produzidos pelos movimentos de resistência, sobretudo o Negro, Feminista e LGBT em reconhecer a diversidade como um princípio e a educação enquanto um direito social constitucional, e faz necessário aprofundarmos a reflexão sobre os caminhos que devem seguir a educação pública básica, levando em consideração os interesses da maioria da população. Interesses estes que não passam por enquadrar a um “padrão ideal” e sim valorizar seus aspectos singulares, seus talentos e especificidades no meio de uma pluralidade que enriquece a formação social e pode oferecer um conjunto de possibilidades de desenvolvimento por meio do fortalecimento da auto-estima e valorização das diversidades que compõe o conjunto do povo brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo. Editora Jandaíra, 2021.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY Jacqueline. **O que feminismo?** 4 ed. Brasiliense: São Paulo, 1984.

BENEVIDES, Alessandra de Araújo; SOARES, Ricardo Brito. **Diferencial de desempenho de alunos das escolas militares: o caso das escolas públicas do Ceará**. Nova econ. 30 (1), Jan-Apr 2020



BRASIL. **Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.** Decreto n. 10.004, de 5 set. 2019. Disponível em:
http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/decreto_n10004_de_5_de_setembro_de_2019_dou_pecim.pdf. Acesso 12 ago. 2022.

BRASIL. **Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares** - Pecim em 2020. Portaria n. 2.015, de 20 nov. 2019. Disponível em: escolacivicomilitar.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/portaria_2015_20112019.pdf. Acesso 12 ago. 2022.

CANDAU, Vera. **Diferenças Culturais, Interculturalidade e Educação em Direitos Humanos.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan.-mar. 2012.

COLLINS, Patricia Hill. **Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão.** in MORENO, Renata. Reflexões e práticas de transformação feminista. São Paulo: SOF, 2015.

DIS, et. al. **Escolas cívico-militares: seriam uma boa alternativa para a educação em valores sociais e morais?** Disponível em:
https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/noticia/5912/escolas_civicomilitares_carta_principios_pdf
Acesso 11 ago. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis: Vozes, 2017.

NETTO, ZÉ Paulo. **Introdução ao Método de Estudo de Marx.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo Afro-latino-americano.** Caderno de formação política do círculo Palmarino n. 1. 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Catarina de Almeida; ALVES, Miriam Fábria; MOCARZEL, Marcelo; MOEHLECKE, Sabrina. **Militarização das escolas públicas no Brasil: um debate necessário.** Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - v. 35, n. 3, p. 580 - 591, mai./ago. 2019

SILVA, Gabriela Torres. **Militarização Das Escolas Públicas: Análise do Desempenho Escolar, Disciplina, Segurança e Aspectos Legais.** Câmara Legislativa do Distrito Federal, abril, 2019

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais : a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo : Atlas, 1987.

ZAIMAN, Claude. **Educação e Socialização.** In. HIRATA, Helena... [et al.] (orgs.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009. pgs.80 a 85